



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA

EDITAL N.º 3/2026

Publicidade das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal

Luciano Pedrosa Gonçalves, Presidente da Assembleia Municipal da Batalha:

Torna público para os fins tidos por convenientes e em cumprimento do disposto no artigo 56.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o teor das deliberações tomadas por esta Assembleia Municipal na sua **reunião de 19 de fevereiro de 2026**.

Paços do Município da Batalha, 24 de fevereiro de 2026

O Presidente da Assembleia Municipal

Luciano Pedrosa Gonçalves

Nota: O documento assinado encontra-se depositado nos Serviços do Município da Batalha.

Período da ordem do dia

Assunto	Deliberação tomada	Resultado da votação
<p>Voto de Louvor e Reconhecimento a todas as entidades e cidadãos que, nas últimas semanas, estiveram na linha da frente na resposta aos graves constrangimentos provocados pela tempestade Kristin que também assolou o nosso concelho</p>	Aprovado	Unanimidade
<p>Voto de Pesar pelas vidas perdidas na sequência da tempestade Kristin, que atingiu o nosso concelho e marcou de forma dolorosa a nossa comunidade.</p>	Aprovado	Unanimidade
<p>Depressão “Kristin”- Tomar conhecimento sobre o Relatório do ponto de situação da calamidade no Concelho da Batalha</p>	Tomou conhecimento	
<p>Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.</p>	Tomou conhecimento	
<p>Apreciar e deliberar sobre a designação de um representante das freguesias no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, de acordo com o disposto na alínea e), do n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18/08, na sua atual redação, em articulação com o estatuído na alínea c), n.º 1 do artigo 26.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na redação atual).</p>	Aprovado	Maioria
<p>Apreciar e deliberar sobre a anulação administrativa da deliberação da Assembleia Municipal de 10/09/2025, referente à cedência de terreno para o domínio público municipal e à atribuição de designação toponímia "Travessa do Lagar", Brancas, Batalha – Processo n.º 23/2025/6, de acordo com o estatuído nos artigos 165.º, n.º 2, 168.º, n.ºs 1 e 2, 169.º, n.ºs 1 e 3, e 170.º, 171.º e 172.º, todos do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado</p>	Aprovado	Maioria

<p>pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (na redação vigente).</p>		
<p>Tomar conhecimento das declarações de compromissos plurianuais assumidos e pagamentos em atraso, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e alínea a), do n.º 2, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, respetivamente:</p> <p>1 - Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2025;</p> <p>2 - Declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2025;</p> <p>3 - Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2025.</p>	<p>Tomou conhecimento</p>	
<p>Apreciar e deliberar sobre a aprovação do Mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental de 2025, e a Revisão Orçamental n.º 1/2026, no montante de 4.712.043,04€, destinada à integração do saldo da execução orçamental, nos termos do disposto nas alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (redação vigente).</p>	<p>Aprovado</p>	<p>Unanimidade</p>